

MERCADO AGROPECUÁRIO

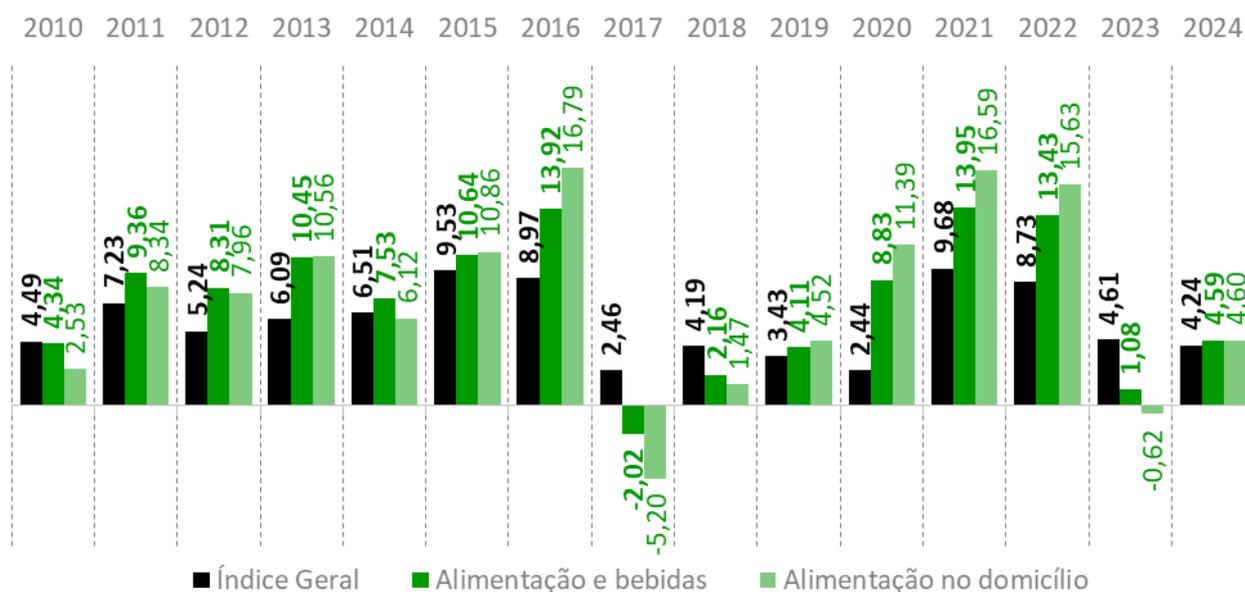
1. Inflação de alimentos recua 0,44% em agosto.
2. Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) cai 0,4% em julho.
3. IBGE divulga resultados da Produção Agrícola Municipal de 2023.
4. Custos de produção da safra 2024/2025 seguem aumentando.
5. Tempo quente e seco predomina nas regiões Centro-Oeste e Sudeste.
6. Produção de grãos na safra 2023/2024 é estimada em 298,4 milhões de toneladas.
7. Safra de cana no Centro-Sul avança com números positivos de açúcar e etanol hidratado.
8. Embarques de café crescem 4,1% em agosto em relação ao mesmo mês de 2023.
9. Expectativas para o boi gordo são positivas no curto e médio prazo.
10. Movimento de alta perde força no mercado de suínos.
11. Boa demanda dá sustentação aos preços da carne de frango no atacado.
12. Conceleite de Rondônia reverte tendência e projeta alta no leite a ser pago em setembro.
13. Começo do mês com demanda firme para os derivados lácteos.
14. Estabilização do preço da tilápia em Morada Nova de Minas

- Indicadores Econômicos -

IPCA – Inflação de alimentos recua 0,44% em agosto. A inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou queda de 0,02% em agosto, ficando 0,40 p.p. abaixo do registrado em julho de 2024. O IPCA acumulado nos últimos 12 meses apresenta alta de 4,24%, abaixo do limite superior do teto da meta para 2024, de 3,00%, com tolerância de 1,5 p.p. para cima ou para baixo. Dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados, apenas dois registraram recuo, influenciando o resultado de agosto: Habitação (-0,51%) e Alimentação e bebidas (-0,44%). O recuo registrado no grupo Alimentação e Bebidas foi puxado pelo subgrupo Alimentação no domicílio, que apresentou o segundo recuo consecutivo (-0,73%), após queda de 1,51% em julho. As quedas foram impulsionadas pela batata-inglesa (-19,04%), cenoura (-17,54%), tomate (-16,89%), cebola (-16,85%) e hortaliças e verduras (-4,45%). As altas vieram do mamão (17,58%), banana-prata (11,37%), café moído (3,70%), carne de porco (2,84%) e carnes (0,52%). Nos últimos 12 meses até junho, o grupo de Alimentação e Bebidas apresentou alta de 4,59%, enquanto Alimentação no domicílio subiu de 4,60%.

IPCA – Índice Geral e Grandes Grupos

Acumulado em 12 meses (%)



Fonte: IBGE. Elaboração Dtec/CNA.

IBC-Br – Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) registra queda de 0,4% em julho. Apesar da queda, o resultado veio melhor do que o esperado por analistas de mercado e ocorre após a forte alta de 1,36% registrada no mês anterior. Na comparação com julho de 2023, o IBC-Br apresentou crescimento de 5,35% (sem ajuste sazonal, dado que a comparação é entre meses iguais). No acumulado em 12 meses, o índice avançou 2,03%. No ano, a expansão é de 2,61%. O IBC-Br incorpora informações sobre o nível de atividade dos setores econômicos, medido pelo IBGE, além dos impostos sobre a produção. Importante destacar que, em julho, o [volume de serviços](#) registrou alta de 1,2%, conforme Pesquisa Mensal de Serviços, e as [vendas no comércio varejista](#) registram crescimento de 0,6%, segundo a Pesquisa Mensal de Comércio. A [produção industrial](#), por outro lado, apresentou recuo de 1,4%, segundo a Pesquisa Industrial Mensal. O índice, considerado uma prévia do Produto Interno Bruto (PIB), é uma forma de avaliar a evolução da atividade econômica brasileira e ajuda o Banco Central a tomar decisões sobre a taxa básica de juros (Selic), atualmente em [10,50%](#) ao ano.

IBC-Br

Varição mensal (%)



Fonte: Banco Central do Brasil (BCB). Elaboração Dtec/CNA.

- Mercado Agrícola -

Produção Agrícola – IBGE divulga resultados da Produção Agrícola Municipal de 2023. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) divulgou na quinta (12) os resultados obtidos no levantamento da Produção Agrícola Municipal (PAM/IBGE) para o ano de 2023. As informações podem ser acessadas pelo [acervo](#) da instituição e traz detalhamentos quanto à produção de culturas permanentes e culturas temporárias ao longo dos anos. Dentre as variáveis mapeadas estão: área plantada, área colhida, quantidade produzida, rendimento médio de produção e valor da produção. Os dados disponibilizados destacam cenário de atenção para algumas culturas. Para a safra de soja, por exemplo, houve incremento de 25,4% no volume colhido, frente a apenas 0,4% no valor de produção, reflexo do resfriamento nos preços. Incremento na produção também foi observado para o milho (20,2%), cana-de-açúcar (7,8%) e café (7,1%). Para as frutas e hortaliças monitoradas – sendo 33 produtos da horticultura - é observado incremento na produção (3,9%) e na produtividade (2,4%). O valor de produção totaliza R\$ 127,9 bilhões no ano. Batata-inglesa, tomate, banana, laranja e mandioca se destacam, com 56% de participação no valor gerado.

Campo Futuro – Custos de produção da safra 2024/2025 seguem aumentando. O levantamento feito até agosto de 2024 mostra que o Custo Operacional Efetivo (COE) para a soja Intacta aumentou tanto no Paraná quanto em Mato Grosso entre julho e agosto de 2024. O aumento dos preços foi principalmente devido a aquisições de fertilizantes, com 5,75% no Paraná e 5,36% em Mato Grosso. Esse aumento foi atenuado pelos preços de defensivos, em que se observou uma variação de -0,02% no Paraná e -1,47% em Mato Grosso. Conforme o Gráfico 1, os valores absolutos em reais indicam a necessidade de compromissos elevados, diante de um cenário de incertezas que podem influenciar tanto a produtividade quanto os preços de comercialização.

Praças	Variação - Julho/24 a Agosto/24		
	Fertilizantes	Defensivos Agrícolas	Custo Operacional Efetivo (COE)
PR	5,75%	-0,02%	0,68%
MT	5,36%	-1,47%	1,43%

Tabela 1. Variação e valores médios dos custos com produção de soja Intacta nas praças do Paraná e Mato Grosso acompanhadas no projeto Campo Futuro.

Fonte: Projeto Campo Futuro (CNA/Senar).

Clima – Clima quente e seco predomina nas regiões Centro-Oeste e Sudeste. Segundo o [INMET](#), a previsão para os meses de setembro, outubro e novembro para a região Centro-Oeste indica que as temperaturas devem ser acima da média climatológica nos próximos meses, com possibilidade de ocorrência de dias de excesso de calor em algumas áreas. Dessa forma, é comum o registro de temperaturas máximas elevadas nos meses de setembro e outubro. Para a região Sudeste, a previsão para o trimestre indica predomínio de chuvas abaixo da média em grande parte da região, exceto no sudeste de São Paulo, onde a ocorrência de chuvas ligeiramente acima da média pode ocorrer devido a passagem de frentes frias. As temperaturas tendem a permanecer acima da média histórica nos próximos meses em grande parte da região, principalmente no oeste de Minas Gerais e norte de São Paulo no mês de setembro. Para a região Sul, a previsão indica condições favoráveis para chuvas acima da média em grande parte da Região. Em áreas do norte do Paraná, a previsão indica condições de chuvas próximas à média. A temperatura do ar deverá prevalecer acima da média histórica em grande parte da região, principalmente no Paraná, oeste de Santa Catarina e noroeste

do Rio Grande do Sul. Para a região Norte, a previsão indica predomínio de chuvas abaixo da média climatológica nos próximos meses, porém não se descartam chuvas pontuais na parte oeste da região, a partir de outubro e início de novembro. A temperatura média do ar deverá prevalecer acima da climatologia em toda a região. Entretanto, há possibilidade de temperaturas mais elevadas no leste do Amazonas e centro-sul do Pará. Para a região Nordeste, a previsão indica chuvas abaixo da média climatológica. Para a faixa leste, a previsão é de volumes próximos à média, lembrando que a partir de agosto tem-se o fim do período chuvoso. Portanto, nos próximos meses, os volumes previstos serão mais baixos nesta área. Quanto à temperatura do ar, deve ser acima da média histórica em todo o seu território, mas principalmente no interior da região, por conta da redução das chuvas nos próximos meses.

Grãos – Produção total de grãos na safra 2023/2024 é estimada em 298,4 milhões de toneladas no último levantamento da Conab. De acordo com o [décimo segundo levantamento da safra 2023/24 divulgado pela Conab](#), a produção de grãos na deve chegar a 298,4 milhões de toneladas, redução de 180 mil toneladas em comparação com a estimativa de agosto e redução de 21,4 milhões de toneladas (-6,7%) em relação à safra 2022/2023. A quebra se deve, sobretudo, pela demora na regularização de chuvas no início da janela de plantio, aliada às baixas precipitações durante parte do ciclo das lavouras nos estados da região Centro-Oeste, do Matopiba, em São Paulo e no Paraná e pelo excesso de precipitação registrado no Rio Grande do Sul, principalmente nas lavouras de primeira safra. Para a soja, as estimativas apontam produção de 147,38 milhões de toneladas, redução de 4,7% em relação à safra 2022/2023. Para o milho, a produção total está estimada em 115,72 milhões de toneladas, recuo de 12,3%. Para o feijão e o arroz, as produções devem crescer 7% e 5,5%, respectivamente, mesmo com os problemas climáticos no Rio Grande do Sul.

Cana-de-açúcar – Safra no Centro-Sul avança com números positivos para produção de açúcar e etanol hidratado. Segundo dados do último [relatório da União da Indústria de Cana-de-açúcar e Bioenergia \(Unica\)](#), a moagem de cana-de-açúcar na safra 2024/2025 do Centro-Sul totalizou, de abril até 1º de setembro, 406,64 milhões de toneladas, um avanço de 3,93% em relação ao mesmo período da safra anterior. No acumulado da safra, a qualidade da matéria-prima apresentou média de 137,27 kg de Açúcares Totais Recuperáveis (ATR) por tonelada de cana, valor 0,02% superior ao mesmo período do ciclo anterior. A produção de açúcar totalizou 27,17 milhões de toneladas de açúcar (+3,9%) e 20,46 bilhões de litros de etanol (+7,14%), sendo 13 bilhões de hidratado (+16,34%) e 7,46 bilhões de litros de anidro (-5,84%).

Café – Embarques de café crescem 4,1% em agosto em relação ao mesmo mês de 2023. Segundo dados da [Secretaria de Comércio Exterior – MDIC](#), as exportações brasileiras de café verde, solúvel e torrado totalizaram o equivalente a 3,57 milhões de sacas em agosto de 2024, com receita de US\$ 951,29 milhões. O desempenho representa um avanço de 4,1% em volume e 29,7% em receita, comparado ao mês de agosto de 2023. Quanto aos preços na parcial da semana, os mercados futuros de café arábica e robusta “andaram de lado” em relação à semana anterior. As elevadas cotações continuam sendo sustentadas por preocupações com a quebra de safra dos principais produtores. Na quinta-feira (12), os contratos com vencimento em dezembro de 2024 para o café arábica em Nova York (ICE Future US) fecharam em US\$ 333,34/saca (252,00 cents/lbp). Na Bolsa de Londres, os contratos com vencimento em novembro de 2024 para o robusta foram encerrados em US\$ 5.076,00/tonelada. Como referência para as cotações no mercado físico, no dia 12/09, o [Indicador Cepea/Esalg](#) para o arábica tipo 6 foi de R\$ 1.468,60/saca. O robusta tipo 6 peneira 13 foi comercializado por R\$ 1.506,81/saca, completado 10 dias seguidos com preço superior ao do arábica.

- Mercado Pecuário –

Pecuária de corte – *As expectativas para o boi gordo são positivas no curto e médio prazo.* A demanda interna firme, as exportações aquecidas e a oferta restrita de boiadas terminadas seguem dando sustentação aos preços da arroba do boi gordo. O Indicador [Cepea](#) fechou em R\$ 251,35/@ em São Paulo no dia 12/9, alta de 1,8% na comparação semanal. Com relação às exportações, na primeira semana de setembro/24, a média diária embarcada pelo Brasil foi de 14,2 mil toneladas de carne bovina, 45,6% acima da média de setembro/23 (Comex). No mercado atacadista, a carne bovina subiu 2,8% nesta semana, com a carcaça casada (boi) cotada a R\$ 17,98/kg na praça paulista. Os preços subiram também no mercado futuro (B3), com os contratos do boi gordo com vencimentos em outubro/24 e novembro/24 negociados a R\$ 259,60/@ e R\$ 263,75/@ (12/9), respectivamente. Para o curto e médio prazo, a tendência é de alta nos preços. O ponto de atenção é com relação ao volume maior de animais terminados em cocho chegando para abate a partir de meados de outubro.

Suínocultura – *Movimento de alta perde força no mercado de suínos.* Após as fortes valorizações em agosto e no começo de setembro, o mercado de suínos registrou estabilidade nas granjas e quedas nos preços da carne suína nas indústrias nesta semana. Nas granjas em São Paulo, a referência para o produtor independente ficou estável em R\$ 8,95/kg vivo (12/9), segundo dados do [Cepea](#). Nas indústrias, o preço da carne suína caiu 1,4% na comparação semanal, com a carcaça especial cotada a R\$ 13,02/kg no estado. Os aumentos nos preços da carne suína nas semanas anteriores reduziram a sua competitividade em relação às demais proteínas, prejudicando o consumo doméstico. Para a próxima semana, a expectativa é de um ritmo menor de comercialização, com a entrada da segunda quinzena do mês. Com isso, quedas nos preços nas granjas e nas indústrias não estão descartadas.

Avicultura – *Boa demanda dá sustentação aos preços da carne de frango no atacado.* Nas granjas paulistas, a referência para o produtor de frango de corte ficou estável nesta semana, em R\$ 5,50/kg (Jox). No mercado atacadista, houve ligeira alta (+0,3%) para a carne de frango nos últimos sete dias, com o frango resfriado cotado a R\$ 7,49/kg, de acordo com dados do [Cepea](#). Além do bom escoamento no mercado interno, a boa demanda para exportação colabora com a firmeza nos preços da carne. Na primeira semana de setembro, a média diária embarcada pelo Brasil foi de 23,33 mil toneladas, 25,1% a mais na comparação anual (Comex). Para a semana que vem, a tendência é de um menor volume de vendas no mercado interno, que se confirmado pode tirar a sustentação dos preços.

Pecuária de leite – *Conseleite de Rondônia reverte tendência e projeta alta no leite a ser pago em setembro.* O Conselho Paritário dos Produtores/Indústrias de Rondônia projetou o leite a ser pago em setembro a [R\\$ 2,1784](#)/litro. A variação representa alta de 3,85% em relação ao mês anterior, ressaltando a oferta ainda restrita no campo nesse final de período seco. Soma-se a isso um bom escoamento dos lácteos no elo final da cadeia de valor, lastreando a valorização do leite no campo.

Pecuária de leite – *Começo do mês com demanda firme para os derivados lácteos.* Na primeira semana de setembro, o mercado atacadista de derivados apresentou variações positivas para a maior parte dos lácteos. A oferta de leite restrita tem elevado as cotações dos derivados, com o litro do leite UHT alcançando R\$ 4,76 no atacado paulista. Da mesma forma, o queijo muçarela evoluiu 1,82%, alcançando R\$ 33,5/kg, reflexo de menores estoques nas indústrias. Variações positivas também para o leite em pó, com as versões industrial e fracionada cotadas a respectivos R\$ 26,00 e R\$ 31,20 por kg. Pelo lado da demanda, a maior massa salarial da população em função dos menores níveis de desemprego (6,9%) vem contribuindo com um bom escoamento no elo final da cadeia de valor, absorvendo as variações positivas nos derivados.

Tilápia – *Estabilização do preço da tilápia em Morada Nova de Minas.* O valor da tilápia comercializada pelos produtores independentes em Morada Nova de Minas (MG) se estabilizou frente ao período de quedas dos preços que afetam a tilapicultura, como demonstra o levantamento

realizado pelo [Cepea](#), em parceria com a PeixeBR. Em Morada Nova de Minas, o quilo da proteína fechou a semana a R\$ 7,96. Ao analisarmos as demais regiões, houve pequenas variações semanais. Na região de Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, houve a maior variação com recuo de 1,36%, sendo a tilápia comercializada a R\$ 7,77/Kg. No Norte e Oeste do Paraná, as variações negativas foram de 0,11% e 0,67%, com a tilápia cotada a R\$ 8,92 e R\$7,96, respectivamente. Já na região de Grandes Lagos, a queda foi de apenas 0,15%, finalizando a cotação semanal em R\$ 7,79.

CONGRESSO NACIONAL

1. Combustível do Futuro é aprovado no Congresso Nacional.
2. Projeto dos CBios tem regime de urgência aprovado no plenário da Câmara.
3. Câmara aprova urgência para proposta que traz diretrizes à produção, comercialização e uso de bioinsumos.
4. Audiência pública no Senado debate modelo de concessão de hidrovias brasileiras.
5. Câmara debate impacto da concentração das operações ferroviárias na economia brasileira
6. Câmara dos Deputados aprova fim gradual da desoneração da folha de pagamento.
7. CMA fará diligência em Mato Grosso para avaliar efeitos da estiagem no Pantanal.
8. CMO aprova liberação de R\$ 17,6 bi para ações emergenciais no RS.

Combustível do Futuro – Projeto de Lei do Combustível do Futuro é aprovado no Congresso Nacional. O [Projeto de Lei nº 528 de 2020](#), conhecido como Combustível do Futuro, que dispõe sobre a promoção da mobilidade sustentável de baixo carbono e captura e estocagem geológica de dióxido de carbono, cria programas nacionais de diesel verde, de combustível sustentável de aviação e de biometano, além de aumentar a mistura biocombustíveis aos combustíveis fósseis, foi aprovado no plenário da Câmara dos Deputados na última quarta-feira (11). O PL, originado na Câmara e aprovado na casa em março, foi analisado e aprovado no Senado Federal na semana passada, após amplas discussões envolvendo diversos setores, e retornou à Câmara dos Deputados devido modificações e acatamento de emendas. A última principal alteração no texto é a exclusão de trecho que ampliava o prazo de subsídios para minigeradores de energia solar. O projeto institui importantes diretrizes para o desenvolvimento de combustíveis sustentáveis no Brasil e para a transição energética. O PL vai à sanção presencial.

CBios – Projeto de Lei dos CBios tem regime de urgência aprovado no plenário da Câmara dos Deputados. Na última quarta-feira (11), o plenário da Câmara dos Deputados aprovou o requerimento de regime de urgência do [Projeto de Lei nº 3149 de 2020](#) que visa garantir, em lei, o repasse de parte das receitas geradas pela comercialização de créditos de descarbonização (CBios) – dada a substituição de combustíveis fósseis por biocombustíveis – aos produtores independentes de biomassa. Após diversas discussões, a CNA e outras entidades representantes dos produtores rurais de diferentes cadeias chegaram a acordo com os industriais sobre a porcentagem a ser repassada aos produtores que fornecem dados padrão (*default*) e primários, sendo que para o primeiro caso a parcela será de no mínimo 60%, e para o segundo, no mínimo 85% sobre o ganho de eficiência em relação ao padrão. O PL deverá ser votado no plenário da Câmara dos Deputados em outubro após as eleições.

Bioinsumos – Câmara aprova urgência da proposta que traz diretrizes à produção, comercialização e uso de bioinsumos. Em votação no Plenário da Câmara nesta terça (10) aprovou-se o Requerimento nº 962/2022, do Senador Covatti Filho, que solicitava urgência para o [PL 658/2021](#), de autoria do Deputado Zé Vitor (PL/MG). Com a decisão, a proposta passa a ser apreciada em Plenário. A regulação dos bioinsumos é latente, haja vista a ausência de diretrizes legais que atendam as especificidades da pesquisa, produção, comercialização e uso de produtos, processos e tecnologias de origem biológica, de modo a garantir cenário de segurança jurídica a todos os agentes envolvidos. A CNA defende que a regulação seja conduzida no escopo amplo, de modo a ancorar os diferentes insumos biológicos e finalidades de uso, estimulando o desenvolvimento de novas tecnologias e soluções à produção agropecuária. Da mesma forma, a Confederação busca a garantia em texto do direito à produção de bioinsumos para uso próprio, ferramenta amplamente utilizada e que permite ao produtor maior autonomia.

Transporte Hidroviário – Audiência Pública, no Senado Federal, debate modelo de concessão de hidrovias

brasileiras. Com a participação do Ministério de Portos e Aeroportos e da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, foram apresentados os principais dados relativos ao projeto de outorga do Rio Madeira. O trecho a ser concedido abrange 1.075 km entre Porto Velho e a foz, nos estados de Rondônia e Amazonas. O investimento direto estimado para os 12 anos de concessão é de R\$ 109 milhões. A concessão visa aumentar a eficiência logística, garantindo a profundidade mínima de 3,5 metros no período de seca, permitindo a circulação de embarcações maiores. Isso favorecerá o abastecimento de combustíveis e insumos em Rondônia e melhorará o escoamento de grãos e outras cargas, como soja, milho e fertilizantes. A modelagem prevê que a tarifa será cobrada apenas pela movimentação de cargas, quando o serviço for iniciado (após 2 anos), e não haverá cobrança para passageiros e pequenas embarcações. Estima-se, ainda, a redução de 24% no custo das empresas de navegação, com uma tarifa pré-leilão de R\$ 0,80 por tonelada de carga.

Transporte Ferroviário – [Audiência Pública na Câmara dos Deputados discute impacto da concentração das operações ferroviárias na economia brasileira.](#) A reunião foi motivada pelos efeitos da falta de competição no setor – caracterizado pelo monopólio natural, isto é, quando uma única empresa ou grupo econômico domina a infraestrutura ferroviária, dificultando a entrada de novos operadores. Atualmente, 13 empresas respondem pela prestação de serviço de transporte ferroviário, sob supervisão da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Essa situação impacta negativamente a economia ao reduzir a eficiência logística, aumentar os custos de transporte e limitar a capacidade de escoamento de produtos (*commodities*, como soja e minério). Parlamentares e especialistas debateram soluções como a abertura do mercado ferroviário, o incentivo a novos investimentos, a elaboração de bons projetos a partir de estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental e a implementação efetiva da Lei 14.273/2021 (Marco Legal das Ferrovias, com previsão da autorização de novas linhas e aproveitamento de trechos ociosos), buscando promover maior concorrência e reduzir os gargalos no transporte de cargas.

Desoneração da Folha: Câmara dos Deputados aprova fim gradual da desoneração da folha de pagamento. A Câmara dos Deputados aprovou na quinta-feira (12) o projeto de lei que propõe uma transição de três anos para o fim da desoneração da folha de pagamentos de 17 setores da economia e para a cobrança de alíquota cheia do INSS em municípios com até 156 mil habitantes. A proposta será enviada à sanção presidencial. O [Projeto de Lei 1847/24](#), do Senado, surgiu depois de o Supremo Tribunal Federal (STF) considerar inconstitucional a Lei 14.784/23, que prorrogou a desoneração até 2027, por falta de indicação dos recursos para suportar a diminuição de arrecadação. Um acordo posterior foi fechado no sentido de manter as alíquotas para 2024 e buscar fontes de financiamento para os anos seguintes.

Queimadas - CMA fará diligência em Mato Grosso para avaliar efeitos da estiagem no Pantanal. A Comissão de Meio Ambiente (CMA) do Senado aprovou, na quarta-feira (11), o requerimento (REQ 45/2024 - CMA) da senadora Rosana Martinelli (PL-MT) para a realização de diligência externa em Mato Grosso. Integrantes da comissão visitarão o estado para avaliar os efeitos causados pela severa estiagem no Pantanal. Preocupada com a situação, a senadora afirmou que a condição favoreceu a propagação de inúmeros incêndios florestais. A parlamentar lembrou que, em razão da gravidade do cenário de seca severa e incêndios florestais, o governo de Mato Grosso declarou situação de emergência no estado pelo prazo de 180 dias. Para ela, a visita é crucial e urgente.

Enchentes no RS - CMO aprova liberação de R\$ 17,6 bi para ações emergenciais. Na última terça-feira (10), a Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou créditos extraordinários no total de R\$ 19,4 bilhões para o Orçamento de 2024. A maior parte dos recursos, R\$ 17,6 bilhões, conforme determinação da Medida Provisória (MP) 1.233/2024, se destina ao enfrentamento dos danos causados pelas enchentes no Rio Grande do Sul, incluindo a construção de moradias populares e a recuperação da infraestrutura do estado. O texto agora segue para votação nos Plenários do Senado e da Câmara.

INFORME SETORIAL

1. Ouça o Agro – “Panorama dos incêndios: contextualização dos focos de fogo no país”
2. Financiamento privado continua em expansão no Agro.
3. CMN altera condições de acesso aos recursos do Fundo Social.
4. Decreto estende prazo para solicitação de renegociações no Rio Grande do Sul.
5. CNA realiza live sobre o Prêmio CNA Brasil Artesanal de Cerveja.
6. CNA aborda Lei da Mata Atlântica e Código Florestal na Câmara Setorial de Florestas Plantadas.
7. CNPE altera resoluções que dispõem sobre combustíveis.
8. CNA discute Lei de Proteção de Cultivares com Comissões Nacionais.
9. CNA realiza último levantamento de custos de produção para café em 2024.
10. Ativos do Campo – Planejamento para o milho segunda safra 2024/2025 continua desafiador.
11. Ativos do Campo – Margens da Avicultura de Corte Integrada: Situação atual, histórico e pontos de atenção.
12. CNA realiza evento de premiação dos finalistas do Prêmio CNA Brasil Artesanal.
13. Portaria define diretrizes do Programa Nacional de Encefalopatia Espongiforme Bovina.
14. CNA lança RetifiCAR para auxiliar produtores na retificação do CAR em Alagoas.
15. CNA participa da 4ª Reunião do Grupo Técnico de Trabalho do Plano Clima Adaptação.
16. CNA participa da terceira audiência de conciliação sobre Lei do Marco Temporal no STF.
17. CNA participa do Comitê Nacional de Manejo Integrado do Fogo.
18. CNA toma posse para novo período 2024-2028 no Conselho Nacional de Recursos Hídricos.
19. CNA se reúne com Ministério de Minas e Energia para discutir hora sazonal da irrigação.

Podcast Ouça o Agro - “Panorama dos incêndios: contextualização dos focos de fogo no país”. Esta semana, Fabiano Morelli, chefe de divisão do INPE, fez um panorama dos incêndios no Brasil. Ele comenta os principais fatores que influenciam o aumento dos focos de fogo nesse período do ano e aborda o histórico dos incêndios no país. Confira o episódio no [Youtube](#) ou [Spotify](#).

Política Agrícola – Financiamento privado continua em expansão no Agro. De acordo com o último Boletim de Finanças Privadas do Agro, publicado na terça (10), os títulos privados do agronegócio continuam aquecidos. Os Fundos de Investimentos nas Cadeias Agroindustriais (Fiagro) cresceram 152% em relação ao patrimônio do mesmo período de 2023. O avanço desses títulos contrasta com a queda dos recursos aplicados no Plano Agrícola e Pecuário nos dois primeiros meses da safra 2024/2025, que foi de 40%

Instrumento	Estoque/Patrimônio (julho de 2023) R\$ bilhões	Estoque/Patrimônio (julho de 2024) R\$ bilhões	Varição
CPR	265,18	372,48	40%
LCA	423,88	479,56	13%
CDCA	30,58	30,78	1%
CRA	110,89	145,11	31%
Fiagro	15,1	38,85	152%

Tabela: Valor do estoque de títulos e patrimônio dos Fiagros. Fonte: B3, CERC, CRDC*, CVM e Anbima Elaboração: MAPA/SPA/DEFIN/CGMF

Política Agrícola - CMN altera condições de acesso aos recursos do Fundo Social. O Conselho Monetário Nacional (CMN) publicou, no último dia 9 de setembro, a [Resolução CMN nº 5.140/2024](#), que altera a Resolução CMN nº 5.140, de 5 de junho de 2024, que estabelece as condições, os encargos financeiros, os prazos e as demais normas regulamentadoras das linhas de financiamento disponibilizadas com recursos do superávit financeiro do Fundo Social. As mudanças trouxeram condições especiais aos produtores que tenham estabelecimentos agropecuários localizados nos municípios do estado do Rio Grande do Sul, com decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública, reconhecido pelo governo federal de 26 de abril até 31 de julho de 2024, em decorrência de enchentes, alagamentos, chuvas intensas, enxurradas, vendaval, deslizamentos ou inundações.

Política Agrícola – Poder Executivo publica decreto estendendo prazo para solicitação de renegociações no Rio Grande do Sul. O Poder Executivo publicou, na terça (10), o [Decreto 12.170/2024](#), que altera o Decreto nº 12.138, de 12 de agosto de 2024, que regulamenta a concessão de desconto nas operações de crédito rural de custeio, investimento e industrialização contratadas por mutuários que tiveram perdas materiais decorrentes dos eventos climáticos extremos ocorridos nos meses de abril e maio de 2024, em municípios do Rio Grande do Sul. Uma das mudanças é a prorrogação do prazo para solicitar os descontos nas parcelas de crédito rural para liquidação ou renegociação dos débitos, que agora vai até 30 de setembro de 2024.

Cerveja – CNA realiza live sobre o Prêmio CNA Brasil Artesanal. Na última terça-feira (10), a CNA promoveu [live em que abordou o Prêmio CNA Brasil Artesanal 2024 – Cerveja](#), além do cenário atual de produção nacional e perspectivas futuras. A live contou com a participação de representantes das entidades parceiras do Prêmio, que falaram sobre as expectativas para o concurso e da visibilidade que ele proporciona a pequenos e médios produtores. Foram detalhados os requisitos de participação, forma de inscrição, as principais diferenças entre as categorias Ale (alta fermentação) e Lager (baixa fermentação), envio das amostras, etapas e premiação. O PBA é composto por júri técnico e júri popular, com degustação sem identificação das amostras, além de avaliação da história do produto. Para essa edição, o produtor que cultive ingrediente essencial para a fabricação de sua cerveja ou que pratique turismo rural aliado à sua produção, terá bônus na nota final. As inscrições se encerram de 15 de setembro, e as etapas de júri técnico e popular acontecem em outubro. [Inscreva-se.](#)

Florestas plantadas – CNA aborda Lei da Mata Atlântica e Código Florestal em reunião da Câmara Setorial do Mapa. A [reunião aconteceu na última quarta-feira](#) (11) em Brasília, na qual a CNA fez atualizações do acompanhamento das discussões sobre a Lei da Mata Atlântica e Código Florestal, dentre outras ações relacionadas ao meio ambiente em que a entidade atua como *amicus curiae* junto ao Supremo Tribunal Federal (STF). O colegiado também abordou o novo processo simplificado de licenciamento em Minas Gerais, que desobriga a apresentação de Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) para cultivo de florestas comerciais. Também foi feita apresentação sobre novo levantamento de área de florestas plantadas no Brasil, que alcançaram 10,3 milhões de hectares, sendo a maior parte correspondente ao cultivo de eucalipto, seguido por pinus; além de mapeamento de idade das florestas, avanço de colheita, estoque de madeira, dentre outros. Na ocasião também foi realizada solenidade de assinatura de protocolos de intenções da Rede Floresta+.

Combustíveis – CNPE altera resoluções que dispõem sobre combustíveis. O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), no âmbito do Ministério de Minas e Energia (MME), por meio da [Resolução nº 09 de 2024](#), alterou a [Resolução nº 15 de 2017](#), que por sua vez estabelece diretrizes estratégicas para o desenvolvimento do mercado de combustíveis, demais derivados de petróleo e biocombustíveis. A nova resolução inclui os biocombustíveis em dispositivo que visa a ampliação da produção, não somente para combustíveis fósseis; além de dispor sobre redução da dependência externa de combustíveis, com foco na autossuficiência e no aumento da competitividade; ampliação e modernização do parque de refino; e promoção da transição energética e da redução dos poluentes nocivos à saúde. Já por meio da [Resolução nº 11 de 2024](#), o CNPE trouxe modificações à [Resolução nº 15 de 2018](#) que estabelece a política de comercialização do petróleo e do gás natural da União, para tratar de atribuições da Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. (Pré-Sal

Petróleo S.A.) e de estudos de viabilidade técnica e econômica para comercialização de gás natural e execução de leilão de contrato de longo prazo para petróleo. As resoluções entram em vigor na data de publicação.

Cultivares – CNA discute Lei de Proteção de Cultivares com Comissões Nacionais. Na quarta (11) e na quinta (12) foram realizadas [reuniões com membros das Comissões Nacionais](#) de Cereais, Fibras e Oleaginosas, Hortaliças e Flores, Cana-de-açúcar, Cafeicultura, Fruticultura, Silvicultura e Agrossilvicultura da CNA para discutir aspectos relacionados à [Lei nº 9.456 de 1997](#) que institui a Proteção de Cultivares. Ao longo dos encontros, conduziu-se uma explanação sobre a temática, contexto de construção da Lei e especificidades dos regulamentos nacionais, frente aos ordenamentos de outros países. Foram discutidos pontos gerais da proteção de cultivares, e específicos a cada cadeia agrícola, de modo a avaliar a necessidade de melhorias no instrumento. Representantes das Federações de Agricultura trouxeram apontamentos de alterações e inclusões no texto de forma a estimular a pesquisa e o desenvolvimento de novos materiais produtivos, beneficiando a produção agrícola, mas atrelado à instrumentos que garantam ao produtor rural que as tecnologias protegidas correspondam ao desempenho em campo. Extensão ou harmonização do prazo de proteção de cultivares, bem como transparência do prazo de proteção, e ocasiões às quais cabe isenção de pagamento de *royalties* também foram debatidos. Ponto uníssono apresentado é a importância de se ter uma legislação clara e objetiva, que não deixe margens a diferentes interpretações.

Café – CNA realiza último levantamento de custos de produção para café em 2024. Na quarta-feira (11), aconteceu de forma virtual o [painel de café arábica orgânico](#) no município de Poço Fundo (MG), último da cadeia para o ano de 2024. Os produtores relataram uma redução na produtividade causada por um maior período de seca na região. O aumento no COE, somado à redução na produtividade (-10%) e uma queda nos preços médios de comercialização (-16,1%), resultou em margens líquidas negativas para os cafeicultores do município em 2024. A justificativa dos produtores para essa queda nos preços, que vai de contramão ao que é observado para os preços do arábica e robusta commodity, é a redução na demanda por café orgânico.

Ativos do Campo – Planejamento para o milho segunda safra 2024/25 continua desafiador. Na safra 2023/2024, o resultado econômico para o milho segunda safra foi negativo na maioria das regiões [analisadas pelo Projeto Campo Futuro](#), com apenas quatro das 16 praças cobrindo o Custo Operacional Efeito (COE), enquanto as demais apresentaram margem bruta negativa. Para a safra 2024/2025, o cenário segue desafiador. A análise indicou que seriam necessárias 125 sacas de milho por hectare na região de Sorriso (MT) e 110 sacas por hectare em Primavera do Leste (MT) para cobrir o COE.

Ativos do Campo – Margens da Avicultura de Corte Integrada: Situação atual, histórico e pontos de atenção. Nos últimos sete anos, a [produção integrada de frango vem apresentando resultados econômicos negativos](#) para os produtores integrados devido aos elevados custos de produção e capital imobilizada, o que vem comprometendo a permanência e os investimentos na atividade. Em 2018, por exemplo, eram necessários R\$ 661,39/m² para se implementar as benfeitorias de uma granja (todos itens envolvendo instalação e infraestrutura), enquanto em 2024 o produtor precisou investir R\$ 908,94/m², ou seja, 37,43% a mais.

Artesanais – CNA realiza evento de premiação dos finalistas do Prêmio CNA Brasil Artesanal-Mel. A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) anunciou, na quarta-feira (11/09), os vencedores do [Prêmio CNA Brasil Artesanal de Mel 2024](#). O concurso contemplou 10 produtores em duas categorias – mel claro e mel escuro. A cerimônia foi realizada na sede da CNA, em Brasília - DF e também comemorou a 10ª edição do concurso de qualidade, reconhecimento e valorização do produtor. Na categoria de mel claro, em primeiro lugar a ganhadora foi a produtora rural Adriana de Bortoli, do Apiário Máximo, no município de Jaquirana (RS). Na categoria mel escuro o ganhador de Mato Grosso Sul, Valdinei da Conceição com o Mel Pantaneiro.

Sanidade – Portaria define diretrizes do Programa Nacional de Encefalopatia Espongiforme Bovina. Na última quarta-feira (11), foi publicada, no Diário Oficial da União (DOU), a [Portaria SDA/MAPA 1.180/2024](#), que estabelece as diretrizes do Programa Nacional de Encefalopatia Espongiforme Bovina para a aplicação de medidas oficiais de prevenção e vigilância. A Portaria define os procedimentos para notificação, investigação, vigilância em estabelecimentos de abate, medidas de mitigação de riscos, as diretrizes em estabelecimentos fabricantes de ingredientes, aditivos de origem animal e demais produtos para alimentação de ruminantes, além

de descrever os procedimentos para diagnóstico, métodos analíticos e resultados oficiais. A notificação de suspeita de encefalopatia espongiforme bovina (EEB) ao serviço veterinário oficial é obrigatória para qualquer cidadão.

Cadastro Ambiental Rural – CNA lança o programa RetifiCAR para auxiliar produtores na retificação do Cadastro Ambiental Rural em Alagoas. Foi lançado, no último dia 11 de setembro, em [Maceió \(AL\), o programa RetifiCAR](#), iniciativa que tem como objetivo fortalecer os sindicatos de produtores rurais e habilitá-los para auxiliar os produtores na retificação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e, assim, viabilizar a regularização ambiental da propriedade. O programa conta com a parceria da Federação da Agricultura e Pecuária de Alagoas (Faeal), do Instituto do Meio Ambiente (IMA) e dos sindicatos de produtores rurais de Penedo, Palmeira dos Índios e de Arapiraca.

Adaptação - CNA participa da 4ª Reunião do Grupo Técnico de Trabalho do Plano Clima Adaptação. Realizada na sexta-feira (13), a oficina intersetorial reuniu todos os grupos participantes do Plano Clima Adaptação. A intenção da reunião foi conciliar as metas propostas por cada um dos grupos setoriais, com o objetivo de tornar o Plano Clima Adaptação coeso entre os diversos setores da economia. A CNA defende que as metas de adaptação do Plano sejam balizadas pelas tecnologias promovidas pelo Plano ABC.

Audiência de conciliação no STF - CNA participa da terceira audiência de conciliação sobre Lei do Marco Temporal no STF. Na [abertura do encontro](#), o ministro Gilmar Mendes, relator dos processos, destacou a importância dos trabalhos da comissão na busca de soluções para as populações indígenas e os produtores rurais. O debate teve como foco discussões técnico-jurídicas acerca da atuação da Fundação Nacional do Índio (Funai) nos procedimentos de demarcação. A CNA, avaliou como positiva a reunião para trazer soluções para estabelecer uma indenização prévia e justa para o produtor rural. Foi ressaltada a necessidade da busca pelo consenso, respeitando as necessidades das comunidades indígenas, mas também garantindo os direitos do produtor rural e a segurança jurídica para o setor agropecuário. O colegiado está debatendo a constitucionalidade da Lei 14.701/2023, que estabelece o marco temporal para a demarcação de terras indígenas, avaliar as ações em tramitação na Corte sobre o assunto e tentar buscar um consenso em torno do tema. O próximo encontro da comissão será em 23 de setembro.

Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo – CNA participa do Comitê Nacional de Manejo Integrado do Fogo. Foi publicado, no último dia 11 de setembro, o [Decreto nº 12.173](#) que dispõe sobre o Comitê Nacional de Manejo Integrado do Fogo e sobre o Centro Integrado Multiagência de Coordenação Operacional Federal. O referido Comitê tem como objetivo propor ações que visem o combate a incêndios florestais, como definição de mecanismos para detecção e controle, captação de recursos físicos e financeiros, além de outras medidas de mitigação.

Recursos Hídricos – CNA toma posse para novo período 2024-2028 no Conselho Nacional de Recursos Hídricos. A [CNA tomou posse](#) como representante do setor agropecuário para o novo mandato do período 2024-2028. O Conselho é a instância máxima do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, sendo responsável pelas questões relacionadas à regulamentação e uso da água no país. A pauta contou com a aprovação de três *ad referendum* e a composição das câmaras técnicas, no qual a CNA conseguiu garantir a participação como titular em seis das sete câmaras criadas.

Energia Elétrica – CNA se reúne com Ministério de Minas e Energia para discutir sobre hora sazonal da irrigação. Em reunião convocada pela diretora de Irrigação do Ministério da Integração e realizada na sede do Ministério de Minas e Energia (MME), [o debate](#) foi acerca da tarifa especial de energia, aplicada no horário noturno, entre 21h30 e 6h para as atividades de irrigação e aquicultura. No encontro, o MME consultou os setores sobre a alteração do horário para o período de 11h às 15h. A CNA defendeu a possibilidade de o usuário irrigante ou aquicultor acessar o mercado livre para comprar energia mais barata nesse período proposto, já que existe esse excesso de energia na rede sendo gerada à um custo muito mais baixo.

AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

- 17/09** – Reunião da Comissão Nacional de Empreendedores Familiares Rurais da CNA
- 17/09** – Reunião da Câmara Técnica de CT&I e Sustentabilidade Ambiental do Confert
- 17/09** – Reunião GT Mercado Futuro do Leite/CNA
- 17/09** – Circuito de Resultados Campo Futuro da Região Norte: Café Robusta
- 18/09** – Reunião do Comitê Consultivo e Gestor do Programa Selo Verde Brasil
- 18/09** – Reunião da Comissão Nacional de Equideocultura da CNA
- 18/09** – Reunião da Comissão de Tecnologia no Campo e Conectividade Rural do IPA
- 18/09** – Reunião da Comissão Nacional de Aquicultura da CNA
- 18/09** – Circuito de Resultados Campo Futuro da Região Sudeste: Leite e Grãos
- 19/09** – Reunião da Câmara Setorial de Cachaça do Mapa
- 19/09** – Reunião Câmara Técnica de Assuntos Agrícolas do Confert
- 19/09** – Divulgação da Pesquisa Pecuária Municipal/IBGE